

Blocos afro de carnaval em Belo Horizonte: da segregação racial ao fazer-cidade

LUÍS FERNANDO SILVA ANDRADE

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (UNESP)

ANA FLÁVIA REZENDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)

LUIZ ALEX SILVA SARAIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

Blocos afro de carnaval em Belo Horizonte: da segregação racial ao fazer-cidade

Introdução

Na presente pesquisa, buscamos compreender como o *Kandandu*, enquanto expressão do direito dos negros à cidade, se consolidou enquanto marco do Carnaval de Belo Horizonte e como um lugar de valorização e inclusão da negritude. Partimos do pressuposto de que os blocos afro do carnaval belo-horizontino, enquanto instâncias organizativas e políticas que reúnem etnicidade e territorialidade, se destacam naquilo que Agier (2015, p. 484) chama de ‘fazer-cidade’: um movimento que parte de uma ausência (o direito à cidade), impulsionado por uma imagem ou ideal de cidade, “um mito perdido, um horizonte inatingível”. As ausências referentes aos direitos da população negra somam-se à violência e segregação socioespacial, de modo que pensar suas possibilidades de participar dos rumos da cidade, da política urbana ao fazer cultura, do acesso a equipamentos públicos ao uso festivo dos espaços públicos, são seriamente afetadas.

Consideramos que a utopia que anima os blocos afro de carnaval, assim como outras organizações de resistência negra (Siqueira, 1997) é o de uma cidade marcada pela diferença e que não apenas permite, mas fomenta existências diversas e todas as possibilidades delas advindas. Essa utopia é o coração da realidade urbana e já existe enquanto imaginário e símbolos (Lefebvre, 1991). De forma individual e coletiva, as pessoas constroem a cidade por meio de suas ações diárias e envolvimento nos aspectos políticos, econômicos e intelectuais. Ao mesmo tempo, a cidade também molda as pessoas através de permissões e restrições, oportunidades de participação e exclusões. Assim, de acordo com Harvey (2014), o direito à cidade implica no exercício coletivo de poder para refazer a cidade. Se Harvey (2013) considera que ao refazer a cidade, refazemos a nós mesmos, pensamos ser oportuno considerar a atuação de blocos afro de Carnaval, enquanto resistência à segregação socioespacial e apagamento cultural que marca a presença negra nas cidades, naquilo que Rezende e Andrade (2022) vão tratar como direito do negro à cidade.

Se consideramos que a população negra manifesta desvantagens cumulativas que a impede de disputar a cidade (Rezende & Andrade, 2022) e que também tem sua história negada enquanto produtora e construtora da cidade de Belo Horizonte (Pereira, 2020), trazemos a questão que a produção da cidade, seus espaços e suas narrativas são permeados por silenciamentos, exclusões e fragmentações: “o espaço público nunca foi para todas. E muitas pessoas que sofrem opressões por terem uma raça e classe específicas ou por possuírem marcas de dissidências de gênero e sexualidade já o sabem há muito tempo” (Grunvald, 2019, p. 267).

A cidade de Belo Horizonte, construída por uma intervenção estatal inspirada nas experiências urbanísticas europeias, representa um processo de modernização adequado ao nascimento de uma nova República (Arrais, 2009), um centro intelectual e irradiador de civilização (Calvo, 2013), oposta ao passado colonial e escravista da antiga capital, Ouro Preto. Em seu planejamento urbano, marcado pela Avenida do Contorno, há nítida separação entre os espaços destinados a cada grupo social e os negros, tanto as famílias expulsas do *Curral del Rey*, arrasado para a construção da região central da nova capital mineira, quanto parte dos trabalhadores que edificaram a cidade, foram colocados à margem das áreas planejadas, cujos critérios de ordem, progresso e higiene, em uma urbanização elitista (Fernandes, 2021) contrastavam com negros e pobres, elementos indesejados que acabaram por ocupar áreas periféricas, de risco e ambientalmente inseguras.

Essa constatação não é tratada como fatalismo, mas como processos de apagamento, exclusões e violências sofridas pelos negros, que perduram não apenas na atual Belo Horizonte, mas na produção de cidades reais que repelem e limitam grande parte de seus cidadãos: é justamente no movimento entre uma realidade racial opressora e uma cidade possível e sonhada pelas diferentes organizações e mobilizações negras na capital mineira que se encontra a

presente pesquisa: os blocos afro do carnaval belo-horizontino se destacam como um campo de possibilidades e de promoção de igualdade racial, tanto pela valorização da cultura e da estética negra, quanto pela ocupação do espaço público por corpos dissidentes.

Consideramos que a presente pesquisa se alinha à discussão sobre cidades no campo dos Estudos Organizacionais (Mac-Allister, 2004; Saraiva & Carrieri, 2012; Saraiva, 2019) e também a estudos que versam sobre organização espacial e questão racial (Nascimento, Oliveira, Teixeira, & Carrieri, 2015; Nascimento, Teixeira, Oliveira, & Saraiva, 2016), evidenciando estruturas de opressão e formas de organização e de organizar alternativas, naquilo que Siqueira (1997) trata como organizações de resistência negra, em que elementos contemporâneos somam-se a aspectos de ancestralidade, na luta por direitos, cultura e memória do povo negro, o que, no caso dos blocos afro de carnaval de Belo Horizonte e do *Kandandu*, são tratados como um movimento de fazer-cidade (Agier, 2015).

Além dessa introdução, trazemos dois tópicos de referencial teórico, em que discutimos espaço urbano, segregação racial e apagamento cultural para em seguida tratar do fazer-cidade dos blocos afro, destacando sua importância na ocupação dos espaços públicos, refazimento de pertencimentos e valorização da estética e cultura negra. No percurso metodológico destacamos a realização de uma etnografia junto a dois blocos afro, complementada por pesquisa documental em repositórios oficiais da cidade de Belo Horizonte e entrevistas. Nos resultados, destacamos as diferentes formas de opressão e desvalorização das manifestações culturais negras no carnaval, num processo de abstração do espaço social e como a agência dos membros dos blocos culminou no *Kandandu*, o encontro de blocos afro que abre o carnaval de Belo Horizonte. Nas considerações trazemos as principais contribuições da pesquisa e uma agenda suscitada pelas discussões por nós realizadas.

Produção do espaço urbano, segregação racial e apagamento cultural

Lefebvre (1991) considera que o espaço é socialmente construído e não pode ser reduzido à dimensão material. O autor considera três categorias centrais para se pensar o espaço urbano: espaços concebidos, percebidos e vividos, representando respectivamente, aspectos da mente, do corpo e suas sensações, e da experiência direta. Lefebvre (1991), considera que há uma preponderância do espaço concebido em relação aos demais, entendido como o espaço planejado e projetado pelas autoridades, urbanistas e arquitetos, reflexo de interesses políticos e econômicos que predominam na cidade que se materializam em planos, regulamentos e intervenções urbanas que visam controlar e organizar o uso do espaço, naquilo que o autor irá tratar como a abstração do espaço urbano e apagamento das diferenças.

Fenômeno atual, que reflete o processo de produção do espaço urbano e pode ser relacionado à abstração e apagamento das diferenças é a segregação, relacionado às desigualdades espaciais e marginalidade social. Especificamente, a segregação racial diz respeito a processos e circunstâncias em que certos grupos sociais se afastam uns dos outros, evitando conviver e interagir, baseados em relações de desigualdade, hierarquia e discriminação (França, 2022).

Ainda que Boterman, Musterd e Manting (2021) argumentem que, ao lado de dimensões clássicas para a análise da segregação residencial como distinções de raça e classe, é possível considerar subdimensões como nível de escolaridade, frações de classe, status no mercado de trabalho e setor laboral, consideramos que raça e classe são fundamentais para a discussão de segregação a partir de duas constatações: (1) a pobreza no Brasil tem cor (Carneiro, 2011) e ela é negra; e (2), de acordo com estudos que remontam a década de 1940 (Telles, 1995), a cor da pele predominante nos moradores varia de acordo com a qualidade da vizinhança/do bairro: “as áreas mais pobres e populosas [de Salvador] eram habitadas por pretos, pardos de pele escura e um número limitado de mulatos de pele clara, enquanto os brancos e ocasionais pardos de pele clara viviam nos setores de classe média da cidade” (Telles, 1995, p. 400, tradução nossa).

O autor destaca, em outras cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, a existência de marcante segregação racial atrelada a questão de classes sociais, assim como a indisposição de brancos em ter vizinhos negros.

Segundo Oliveira e Oliveira (2015, p. 2), as origens da segregação racial nas cidades brasileiras remontam a escravização dos negros e, após 1888, políticas eugenistas/higienistas promoveram a segregação da população negra para lugares pouco desenvolvidos, na “introdução de medidas socioeconômicas e políticas que impediram da mão de obra escravizada, no percurso das revoltas, conflitos e da abolição, de se tornar empreendedora, proprietária e protagonista do espaço e do território brasileiro”.

Para Telles (1995), a segregação racial tem implicações tão significativas quanto (ou até maiores) que a posição econômica para a pobreza e há implicações na distribuição espacial da riqueza entre brancos e não brancos: em “uma segmentação entre classes médias e altas brancas e classes baixas multirraciais” (França, 2022, p. 4), predominantemente negras. Hodiernamente, ao analisar a segregação nas cidades de São Paulo, Salvador e Fortaleza, França (2022) considera que, ainda que mecanismos explícitos de apartheid existentes em outros países não tenham existido no Brasil, há evidente separação entre grupos sociais de acordo com raça e classe, principalmente de brancos ricos em relação a grupos negros de baixa renda.

Especificamente em Belo Horizonte, estudos indicam o caráter segregacionista de sua construção, em que as ideias de progresso, modernidade e higiene importadas das reformas europeias indicam a preponderância de uma lógica colonialista e racista de separação das pessoas e no apagamento da população negra na produção da cidade e suas narrativas (Arrais, 2009; Calvo, 2013; Instituto Nossa BH, 2021; Pereira, 2020), o que se perpetua atualmente em formas de desigualdades sociais e segregação (Instituto Nossa BH, 2021):

A já republicana Belo Horizonte foi construída por trabalhadores pobres vindos de diversas partes de Minas Gerais e do Brasil e que não tiveram a oportunidade de habitar as zonas centrais, destinadas às elites do funcionalismo público mineiro. Já a população aqui presente, composta predominantemente por gente preta, sobretudo por mulheres pretas “livres”, é arrasada para dar lugar à malha urbana ortogonal do interior da atual Avenida do Contorno e das zonas suburbanas de Belo Horizonte (Instituto Nossa BH, 2021, p. 5).

Pessoas negras representavam a maioria das famílias desapropriadas do antigo Curral del Rey e, ainda permaneceram à margem da narrativa oficial da produção da cidade, mesmo que tenham sido parte relevante desse processo (Pereira, 2020). Como nos alerta o Instituto Nossa BH (2021, p. 5), “as cidades trazem em si a história da estruturação do racismo que as construíram”.

Consideramos na presente pesquisa que as dimensões do percebido (sensações e emoções) e do vivido (interações sociais e práticas cotidianas das pessoas), nos usos e apropriações dos espaços e das significações extraídas desse uso, importantes aspectos da vida urbana, são diretamente impactadas pela questão racial e sua consequente segregação racial. Para além da segregação residencial, o uso dos espaços públicos pela população negra é afetado a partir de diferentes prismas: restrições à mobilidade urbana, educação e saúde, violência letal de forças de segurança e encarceramento em massa (Rezende e Andrade, 2022), além da negação de direito à cultura e à memória, importantes elementos na construção de identidades e subjetividades e de apropriação do espaço urbano.

O acesso à cultura e a valorização de manifestações culturais negras (e de outros grupos relevantes no processo ‘civilizatório’), previstas na Constituição Federal de 1988 podem indicar o protagonismo de homens e mulheres negros, na valorização cultural, assim como as barreiras para o pleno exercício desse direito. Referindo-se ao processo de embranquecimento cultural e de formas de existência, naquilo que denomina como genocídio do negro brasileiro, Nascimento (2016) indica que restaria ao negro embranquecer-se, interna e externamente.

Tratando especificamente das relações entre racismo, cidades e cultura, e apoiados em Fanon (2018), entendemos que nas cidades brasileiras o valor normativo das culturas segue uma lógica colonial, de hierarquização das culturas de acordo com sua origem étnica. A inferiorização da cultura afro não se limita mais ao indivíduo em si, mas sim a uma determinada forma de "existir". Assiste-se à destruição dos valores culturais, das formas de existência, da linguagem, do vestuário e das técnicas (Fanon, 2018, p. 79-80). Para além das formas de violência, fragmentação e segregação nas cidades, a opressão de raça se caracteriza pelo apagamento cultural, na negação da democratização da cultura em geral e, especificamente na inferiorização da cultura negra. O negro assimilado (Nascimento, 2016) ou homem-objeto (Fanon, 2018) resultante desse processo é privado dos meios de existência, de sua cultura, e acaba buscando "embranquecer-se", adotando a cultura e as formas de existência de seu dominador, em um processo de alienação cultural.

Consideramos que o negro, segregado no espaço urbano, em um espaço concebido que se materializa num espaço físico marcado por segregação racial e fragmentação, também é privado dos meios de cultura. Mesmo tendo trocado seus deuses, formas culturais e línguas por aquelas impostas anteriormente, a população negra continua a sofrer com o racismo na cidade, uma vez que a sua própria existência é tida como desviante. Para Fanon (2018), como a cultura é aquilo que se vive, o indivíduo inferiorizado acaba redescobrimo um estilo de vida antes desvalorizado e se maravilha e extasia com cada nova descoberta. Esse processo de redescobrimo e ação cultural pode ser pensado a partir da atuação de blocos afro do Carnaval de Belo Horizonte, enquanto organizações de resistência negra (Siqueira, 1997), que buscam simultaneamente a valorização de elementos da cultura afro, assim como a apropriação de espaços públicos, como o hipercentro da cidade, por corpos dissidentes. No tópico a seguir discutimos essa interface entre cultura e a apropriação do espaço urbano, por meio dos conceitos de direito à cidade e fazer-cidade no Carnaval dos blocos afro de Belo Horizonte.

Fazer-cidade e ação cultural dos blocos afro de Carnaval

Se Lefebvre (1991) considera que o processo de abstração do espaço urbano e de apagamento de diferenças não se dá sem resistência, na produção de um contra-espaço, relação semelhante pode ser pensada para o apagamento da cultura negra e segregação e fragmentação enfrentadas pela população negra nas cidades. A história da cultura negra no Brasil é uma história de luta: “as comunidades litúrgicas conhecidas no Brasil como terreiros de culto constituem exemplo notável de suporte territorial para a continuidade da cultura do antigo escravo em face dos estratagemas simbólicos do senhor” (Sodré, 2019, pp. 17-18).

As reflexões de Harvey (2003, 2014) nos levam a pensar a reconstrução da cidade a partir da reconstrução dos sujeitos políticos enquanto cidadãos, os espaços urbanos ocupados em sua maioria pela população negra podem ser pensados como territórios sem cidadãos, cujo direito de acessar e usufruir da cidade é seriamente afetado (Rezende & Andrade, 2022). Diferentes movimentos e organizações atuam de forma a modificar a relação entre os sujeitos negros e a cidade, a partir de diferentes perspectivas e de diferentes direitos sociais. Tratando da especificidade de nossa pesquisa, consideramos que os blocos afro de carnaval na cidade de Belo Horizonte tensionam duplamente uma cidade hostil: valorizam uma cultura historicamente desvalorizada e promovem a apropriação de espaços públicos antes reservados a grupos e manifestações culturais hegemônicas.

Ainda que o Carnaval não tenha suas origens em terras brasileiras ou nos negros em diáspora, a apropriação da festa e sua resignificação na valorização da negritude implicam importante elemento cultural. Diferente do carnaval das escolas de samba, o carnaval de rua e especialmente os blocos afro cumprem importante papel na democratização da Festa e da reconstrução de pertencimentos. Frúgoli (2018), ao pensar sobre os diferentes ativismos

urbanos na cidade de São Paulo, considera que o carnaval de rua pode ser pensado dentro de uma lógica de ampliação do uso dos espaços públicos pelos cidadãos.

Complementarmente, Godet (2020) elucida que o carnaval e suas práticas se dão em tempo e espaço específicos, não sendo possível uma análise histórica da Festa. A autora ainda indica que, apesar de no fim do século XIX ocorrer um processo de participação regular de negros nos carnavais de toda a América, é no século XX que a performance carnavalesca adquire tessitura política em questões como legado colonial, participação de minorias na Festa e orgulho étnico que trazem à tona a independência política e cultural.

Ainda que as diferentes interpretações do Carnaval brasileiro sejam relevantes para o entendimento da atuação de blocos afro, como os estudos de Roberta DaMatta e de Maria Isaura Pereira de Queiroz, em suas diferenças e complementariedades, focamos aqui no potencial da atuação dos blocos afro de carnaval promoverem valorização da cultura afro e a apropriação dos espaços públicos por corpos dissidentes, o que entendemos também como um exercício de busca pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001).

Essa busca, que se dá numa multiplicidade de práticas, saberes, representações, lugares, emoções e formas de apropriação, pode acionar diferentes elementos das cidades, pode ser relacionada ao movimento chamado por Agier (2015) de fazer-cidade: um movimento originado de uma ausência, aqui especificada como o direito dos negros de se apropriarem dos espaços públicos e como a democratização da cultura, impulsionado por uma ‘imagem’, um ideal perdido ou utopia (Harvey, 2014; Lefebvre, 2001). A perda, aqui relacionada a condição dos negros na cidade, nas limitações à cidadania, cultura e formas de existência, provê potência e possibilidades em uma cidade real, diferente da cidade concebida no âmbito da política urbana e das imposições de mercado na constituição do espaço físico da cidade. O esforço metodológico apresentado a seguir destaca as formas de acessar essa cidade real, localizada entre o percebido e o vivido, nas apropriações e usos da cidade de Belo Horizonte pelas pessoas que integram os blocos afro e aqueles que tomam parte em seus desfiles, numa multiplicidade de práticas.

Percurso metodológico

Apoiados em Agier (2011), consideramos que o enfoque de uma etnografia urbana possibilita esquecer a cidade, a cidade planejada, concebida e buscar a agência de cidadãos negros que fazem a cidade e suas formas de existência e resistência, num “movimento permanente de transformação urbana no tempo e no espaço que podem constituir a contribuição do olhar antropológico sobre a cidade” (Agier, 2015, p. 484).

Pensando em uma etnografia que enfoca aspectos de cultura negra e apropriação de espaços por corpos dissidentes, o primeiro esforço de pesquisa se relacionou à formação teórica indispensável para acessar o campo, uma vez que “a capacidade de levantar problemas em campo advém da familiaridade com a bibliografia do tema” (Uriarte, 2012, p. 7). Tal processo envolve a leitura de textos trazidos no referencial teórico, que versam sobre o racismo no Brasil e a condição dos negros nas cidades, pensando especificamente a construção da cidade de Belo Horizonte, assim como leituras sobre carnaval de rua e blocos afro.

A etapa seguinte consistiu no trabalho de campo em dois blocos afro de Carnaval em Belo Horizonte: Angola Janga e Magia Negra. A seleção desses blocos foi feita com base em critérios como identificação como bloco afro, local do desfile, atuação além do Carnaval, conexão com religiões de matriz africana e atividades políticas. Inicialmente, cerca de 10 blocos foram considerados, mas apenas dois foram escolhidos (Angola Janga e Magia Negra) levando em conta a viabilidade da pesquisa em relação à técnica de etnografia.

Magnani (2009), ao falar sobre a experiência etnográfica, dividindo-a em dois momentos: a primeira impressão e a experiência reveladora. A autora descreve como a primeira impressão é o contato inicial com o campo desconhecido, seguido pela experiência reveladora,

que ocorre durante a pesquisa. No caso da presente pesquisa, o autor que realizou a etnografia, narra que sua primeira impressão sobre os blocos afro de Belo Horizonte começou em 2018, quando participou do desfile do bloco Angola Janga. Ele se sentiu em casa e acolhido, pois já tinha familiaridade com a cultura afro por ter vivido perto de um centro cultural que também possui um bloco afro e ter participado de atividades relacionadas ao bloco quando criança. Essas experiências influenciaram a pesquisa e facilitaram o acesso ao campo.

Oliveira (2018) também destaca a importância das questões raciais na construção do campo etnográfico, afirmando que a experiência pessoal do pesquisador é evidenciada na realização da etnografia. No nosso caso, o recorte de raça foi fundamental para o acesso ao campo e para estabelecer conexões com os integrantes dos blocos analisados. Falas como: “pode contar comigo [para execução desta pesquisa], porque você é preta como a gente e precisamos fortalecer os corres dos nossos irmãos” (Diário de campo, 23 de fevereiro de 2021) e “[...] a gente adora cara, especialmente quando o pesquisador é negro, porque o bloco já foi pesquisado por algumas pessoas e isso é motivo de muito orgulho pra gente assim, de um movimento que é de rua chegar na academia. Mas nos incomoda um pouco, nos incomoda muito, na real, quando a gente é pesquisado apenas do ponto de vista de objeto, nós não somos um objeto, apenas, né. E quando o pesquisador é negro, quando o pesquisador tem acompanhado o trabalho, tem se envolvido de alguma forma ou foi tocado pelo movimento de alguma forma, a gente ama participar assim [...]” (Diário de campo, 24 de agosto de 2021) foram recorrentes ao longo da etnografia.

De modo complementar, realizamos entrevistas com os fundadores do Angola Janga e Magia Negra. A pesquisa documental, realizada no Arquivo Público de Belo Horizonte e no Museu Histórico Abílio Barreto teve por finalidade acessar a narrativa oficial da cidade, contraposta com discussões de pesquisas feitas sobre apagamentos e silenciamentos na história da capital mineira.

Do apagamento cultural aos blocos afro

Antes mesmo de sua inauguração, em 12 de dezembro de 1897, Belo Horizonte já convivía com folias de caráter carnavalesco. Em janeiro do mesmo ano, operários que trabalhavam na construção da cidade se reuniram em um desfile de carros e carroças na hoje conhecida como a região central da cidade (Portal Belo Horizonte, 2019). Os anos que se sucederam foram marcados pelos desfiles dos corsos, blocos caricatos, escolas de samba e bailes fechados de carnaval. Entretanto, nos anos de 1990, a cidade viveu uma suspensão da festa e um grande esvaziamento populacional durante os dias de carnaval. Em 2004, por exemplo, cerca de 500 mil habitantes deixaram a capital mineira, durante o período do carnaval (Braga & Vieira, 2013). Esse hiato que o carnaval da capital mineira sofreu foi utilizado pela imprensa para decretar o fim da festa.

Porém, já se observava, a partir do início dos anos 2000, uma retomada dos festejos. Em 2004, por exemplo, mesmo com grande parte dos belo-horizontinos deixando a cidade, os desfiles das escolas de samba e blocos caricatos retornaram graças à organização e ao financiamento institucionais do poder público. Apesar desse movimento de retomada, foi apenas por volta do ano de 2009 que o carnaval de Belo Horizonte vivenciou uma grande transformação com o movimento de retomada dos blocos de rua (Dias, 2015).

O reaparecimento do carnaval de rua da cidade, com destaque para o protagonismo dos blocos de rua que despontaram na capital nos anos de 2009 e 2010, pode ser explicado a partir de um movimento de resistência ao cerceamento à ocupação dos espaços públicos da cidade (Dias, 2015). Em 2009, o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, emitiu um decreto que exigia uma análise prévia para a realização de eventos em praças e parques da cidade (Mendes, 2018). Em resposta a essa proibição, os moradores de Belo Horizonte iniciaram um movimento sem líderes, com organização horizontal e apartidária, decidindo realizar um evento chamado

Praia da Estação. A mobilização e convocação foram feitas pela internet, convidando as pessoas a comparecerem à Praça da Estação vestindo trajes de praia e levando objetos associados a um dia de sol na praia. O objetivo era ocupar o espaço público, desfrutar de um dia de praia e discutir o decreto (Migliano, 2013).

Tal movimento se relaciona com o que Lefebvre (1991) chamou de espaço concebido, ou seja, o movimento de cercamento dos espaços públicos engendrado, em 2009, pelo Prefeito Márcio Lacerda, é o reflexo da tentativa de manter aquele(s) espaço(s) planejado pelas autoridades. Especificamente em Belo Horizonte, uma cidade planejada sob uma ótica elitista e eurocentrada, a concepção de cidade se pautou em critérios de uma modernidade que exclui elementos indesejáveis para fora de seu contorno, o que retrata tanto elementos de eugenia quanto de higienismo. Esse espaço controlado, mantém e reforça o apagamento das diferenças e dos diferentes. Por outro lado, tal apagamento não se dá sem resistência, a Praia da Estação, é um exemplo de produção de um contra-espaço (Lefebvre, 1991), ou seja, reconstrução da cidade a partir da reconstrução dos sujeitos políticos enquanto cidadãos (Harvey, 2003, 2014).

No dia 16 de janeiro de 2010, os manifestantes ocuparam a praça, porém, as fontes luminosas não foram ligadas como de costume. Os participantes arrecadaram dinheiro durante o evento e utilizaram esses recursos para trazer um caminhão-pipa, criando um ambiente de praia improvisado. Em resposta, a Administração Municipal estabeleceu uma Comissão Especial de Regulamentação de Eventos na Praça da Estação, que resultou na publicação de um novo decreto em maio de 2010. Esse decreto introduziu regulamentações, incluindo a cobrança monetária pela realização de eventos na praça, que foi vista pelos participantes da Praia da Estação como favorecendo grandes empresas. Apesar disso, os frequentadores continuaram ocupando a praça, e esse movimento deu origem ao bloco de carnaval Praia da Estação, que contribuiu para o renascimento dos blocos de rua em Belo Horizonte (Migliano, 2013).

Atualmente, a festa cresceu e mais blocos de rua surgiram, passando a ocupar os espaços públicos da cidade, inclusive a Praça da Estação que hoje em dia abriga o palco principal do carnaval da cidade. Esses blocos ganham relevância no que diz respeito ao seu poder de atuação ao estarem nas ruas e, assim, assumir o lugar de vocalizadores de uma mensagem política. Os blocos de rua possuem todo um ferramental estético-simbólico de uso do corpo para a reivindicação das faltas e de uso das fantasias que podem ser alegorias das críticas de tudo aquilo que várias outras modalidades de movimentos político-sociais reivindicam. Os blocos de rua, e outras organizações carnavalescas, em geral, possuem uma liberdade de expressão cultural que garante o direito ao lazer, mas também o direito de protesto. Nessa perspectiva, os blocos afro, especificamente, agregam mais uma luta a esse movimento, como ocorre com os blocos afro Angola Janga e Magia Negra, lócus do nosso estudo. Afinal, se Agier (2015) defende a necessidade de fazer-cidade à medida em que se aciona diferentes elementos das cidades, a partir das ausências, os blocos afro reivindicam sua cultura ao mesmo tempo em que também buscam se apropriar dos espaços públicos, em busca pelo direito do negro à cidade (Rezende & Andrade, 2022)

Fundado em 20 de novembro de 2015, o Angola Janga é um bloco afro que surgiu em Belo Horizonte com o objetivo de permitir que pessoas negras também participassem do carnaval de rua. O bloco não possui um território específico na cidade, mas o seu cortejo acontece no hipercentro da cidade, reservando os destaques para pessoas negras, enquanto pessoas brancas podem participar em outras funções. Além do carnaval, o bloco desenvolve atividades ao longo do ano, como oficinas, apoio social e capacitações.

O Magia Negra, por sua vez, nasceu em 2016 e realiza seu desfile no bairro Concórdia, também chamado pelo fundador do bloco como "pequena África" de Belo Horizonte. O bloco valoriza a ancestralidade e tem ligação com as religiões de matriz africana, porém, é aberto a pessoas de todas as etnias.

O carnaval em Belo Horizonte, no final dos anos 2000, passou por um renascimento ligado ao direito à cidade. É nesse contexto que surgem o Angola Janga e o Magia Negra. Esses blocos atuam como agentes de transformação política e cultural, valorizando a identidade negra e combatendo o racismo durante o carnaval. Entretanto, tal movimento não é feito sem desafios, especialmente no que diz respeito às relações com o poder público.

No contexto do crescimento do carnaval de rua em Belo Horizonte, é inevitável a interação de órgãos públicos, como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, com as festividades. No entanto, a relação entre a população negra e as forças de segurança é complexa, sem mudanças significativas durante o carnaval para os blocos afro. Tal realidade evidencia como a intersecção entre racismo, cidades e cultura ainda se dão em bases coloniais, o que resulta em uma consistentemente marginalização da cultura afro-brasileira, não apenas no âmbito individual, mas também em relação à sua forma de existência (Fanon, 2018).

No caso específico da atuação da Polícia Militar em um bloco afro, uma mulher negra se orgulha de ter dispersado a polícia várias vezes durante o cortejo (Diário de Campo, 23 de fevereiro de 2020). O bloco Angola Janga adota uma abordagem de negociação com a Polícia, estabelecendo um diálogo direto com o responsável pelo acompanhamento do cortejo e recebendo antecipadamente o Corpo de Bombeiros e a Polícia, buscando uma relação próxima para evitar violência e arbitrariedade.

Por outro lado, ao longo da pesquisa foi observado uma diferença de tratamento entre os blocos que desfilam em regiões nobres da cidade e os que saem de comunidades ou favelas, que apesar de não serem blocos afro, são blocos de carnaval que possuem entre seus integrantes e foliões maioria negra, afinal Carneiro (2011) já nos alertou que a pobreza no Brasil tem cor. A Polícia demonstra uma postura mais truculenta com os blocos afro e/ou blocos periféricos, provavelmente devido à ideia de que as pessoas negras não devem ocupar as ruas ou a cidade. Por sua vez, o bloco Magia Negra relata uma boa relação com a polícia, possivelmente devido à escolha de não tocar músicas consideradas pornográficas e à postura tranquila dos frequentadores. No entanto, há registros de situações em que a presença policial causou desconforto e desconfiança.

As relações conflituosas entre negros e as forças públicas de segurança podem ser relacionadas ao espaço concebido de Lefebvre (1991). Esse espaço reflete a segregação e a marginalização racial na organização das cidades. As comunidades negras são frequentemente segregadas em áreas periféricas, sem acesso a serviços e oportunidades (Rezende e Andrade, 2022). Essa segregação é resultado da discriminação institucionalizada. No entanto, as comunidades negras buscam reivindicar o espaço urbano por meio de movimentos sociais e expressões culturais, lutando por uma cidade mais justa e inclusiva, como é o caso da atuação do Angola Janga e Magia Negra. A análise do espaço concebido de Lefebvre (1991) nos estimula a pensar tanto as dimensões físicas quanto sociais do espaço o que contribui para entendermos como o racismo dificulta a ocupação de espaços públicos, seja impedindo um bloco afro de realizar seu cortejo como havia sido planejado, ou tomar parte da cidade.

Em relação ao Corpo de Bombeiros, parece haver uma postura mais favorável ao diálogo com os gestores dos blocos. Eles são responsáveis pela elaboração das diretrizes de segurança para os blocos carnavalescos. No entanto, alguns integrantes do bloco Angola Janga relatam uma situação delicada com os bombeiros durante a vistoria do trio elétrico durante o carnaval de 2019. O órgão proibiu os cantores de ficarem em cima do trio alegando riscos de segurança devido à altura. Porém, o mesmo trio havia sido usado, no mesmo dia, por um bloco não afro e eles não tiveram nenhum problema com o Corpo de Bombeiros. Após tentativas de negociação sem sucesso, os integrantes do Angola Janga decidiram desfilar no chão. Tanto os episódios com a Polícia Militar como com o Corpos de Bombeiros revelam que a cidade não é para todos. Para além de todas as formas de violência fragmentação e segregação que os negros são

submetidos nas cidades, eles também sofrem com a inferiorização de sua cultura (Fanon, 2018) até mesmo na periferia, onde a cor de pele predominante é a escura (Telles, 1995).

Em resumo, as relações entre os blocos afro, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros no carnaval de Belo Horizonte são complexas e revelam disparidades no tratamento, evidenciando a necessidade de diálogo e negociação para garantir a segurança e o respeito aos direitos dos participantes desses blocos. As instituições públicas podem contribuir para a segregação, apagamento cultural e violência contra pessoas negras. Através de políticas discriminatórias, elas podem criar espaços segregados e negligenciar a diversidade cultural. Além disso, as forças de segurança podem perpetuar violências físicas e simbólicas. Entretanto, elas também podem contribuir para o direito a cidade, à medida que a cidade também molda as pessoas através de permissões e não apenas restrições, oportunidades de participação e não apenas exclusões. Para tanto, é necessário implementar políticas de combate ao racismo, capacitar as forças de segurança e promover a inclusão e igualdade de direitos, uma vez que, de acordo com Harvey (2014), o direito à cidade implica o exercício coletivo de poder para refazer a cidade.

Os blocos afro são um movimento político, com viés fundamentalmente cultural, de mobilização racial (Gomes 2019). Apesar de o carnaval desses blocos se apoiarem na tradição, ele não aponta para o passado, mas, sim, para o futuro das relações raciais brasileiras (Risério, 1995). Futuro esse que, no carnaval da cidade de Belo Horizonte, pode ser observado no Kandandu. Se por um lado existe uma inferiorização da cultura negra, por outro, recorremos a Agier (2015) para pensar em possibilidade de fazer-cidade. Ao reconhecermos a importância das práticas diárias das pessoas na construção e transformação das cidades, concordamos também que o fazer-cidade ressalta a dimensão política da participação dos cidadãos na tomada de decisões e na luta por direitos e inclusão. É nesse sentido que analisamos o Kandandu como um exemplo de fazer-cidade dos blocos afro da cidade de Belo Horizonte.

Kandandu: encontro de blocos afro do carnaval de Belo Horizonte

Kandandu é uma palavra do kimbundu, uma das línguas bantu faladas em Angola, que significa “abraço”, mas também representa a união de filosofias, ideais, conhecimentos e vivências através da ancestralidade africana. É um termo que vai muito além do contato físico entre dois corpos. Por causa de seu significado, o encontro de blocos afro que marca a abertura oficial do carnaval em Belo Horizonte é chamado de Kandandu. Em 2023, o evento contou com os blocos afro Oficina Tambolelê, Afoxé Bandarê, Magia Negra, Swing Safado, Arrasta Favela, Afrodum e Samba da Meia Noite (Portal Belo Horizonte, 2023).

A proposta desse encontro nasceu a partir da articulação entre seis lideranças de blocos afro da cidade de Belo Horizonte. A intenção dessas lideranças, no ano de 2016, era promover um evento no qual todos os blocos afro de Belo Horizonte pudessem tocar em um mesmo dia e faixa de horário. Reuniram-se as lideranças dos blocos afro Angola Janga, Magia Negra, Samba da Meia Noite, Afoxé Bandarê, Fala Tambor e Tambolelê. Desse encontro nasceu a intenção de se organizarem enquanto coletivo, e como consequência surgiu a Associação dos Blocos Afro de Minas Gerais (Abafro).

Com a criação da Associação a ideia de juntar todos os blocos afro da cidade em um mesmo dia de apresentação ganhará forças e os integrantes da Abafro decidiram escrever o projeto que viria a se chamar Kandandu. Após a elaboração do projeto, a Associação, representada pela fundadora do bloco Angola Janga, sua presidente na época, iniciou a busca por apoio institucional do Município. A presidente da Abafro, encontrou resistência e até certo descaso com o projeto, ela se recorda que em relação ao período que buscou contato com a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, em várias das reuniões que foram marcadas com representantes do órgão, apenas estagiários eram designados para comparecer, e apesar da

boa vontade deles, os estagiários não tinham nenhum poder de decisão e, portanto, pouco podiam contribuir ou oferecer para a efetividade do Kandandu.

Observa-se uma desvalorização das manifestações culturais e das pessoas negras. Especificamente, quando a presidente da Abafro fora recebida apenas por estagiários, em mais de uma vez, os representantes da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte evidenciavam o seu desinteresse nas demandas dos blocos afro. Além disso, em conversa com os estagiários, a presidente da Abafro observou que recursos públicos eram destinados para espaços culturais e/ou artistas predominantemente brancos, mostrando que a desvalorização da cultura negra perpassa pelo apagamento, exclusão e violência de todo tipo, inclusive a financeira com a negativa de acesso a recursos que poderiam garantir a atuação e agência desses grupos.

Apesar das dificuldades e tensionamentos que a presidente da Abafro precisou lidar junto às lideranças de instituições públicas responsáveis por promover a cultura na cidade de Belo Horizonte, em 2017, a Abafro foi colocada em contato com a Belotur, a partir do intermédio do então presidente da Fundação Municipal de Cultura. A Prefeitura de Belo Horizonte se relaciona com os produtores culturais que atuam no carnaval da cidade por meio da Belotur, a Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte, responsável por gerir as festividades de caráter carnavalesco da capital mineira.

Após várias negociações junto a Belotur, inclusive respaldando os seus argumentos nas legislações que versavam sobre promoção da igualdade racial, a Abafro conseguiu o palco principal do carnaval de Belo Horizonte, localizado na Praça da Estação, para enfim transformar o projeto Kandandu em “Kandandu: encontro de blocos afro de Belo Horizonte”, festejo responsável pela abertura oficial do carnaval da cidade de Belo Horizonte desde o ano de 2017.

No ano seguinte à estreia do Kandandu, o Ministério dos Direitos Humanos reconheceu o projeto como uma das principais ações de promoção da igualdade racial do país. Durante a cerimônia de premiação, o então diretor de eventos da Belotur declarou: “Não posso aceitar este prêmio sem entregá-lo também a [nome da presidente da Abafro responsável pelas negociações sobre o Kandandu junto a Belotur]”.

A esse respeito, a agora ex-presidente da Abafro afirmou: “Para mim, o reconhecimento foi ótimo. Depois, chorei bastante porque me emocionei com o reconhecimento. Foi um processo doloroso de racismo institucional, sendo tratada como nada”. Ela se emocionou por saber que teve papel ativo na conquista do Kandandu por acreditar que esse evento simboliza uma grande conquista do povo negro de Belo Horizonte no que diz respeito à valorização e propagação da cultura afro, mas também da ocupação do espaço público pelos negros. Afinal, historicamente percebe-se a população negra, enquanto indivíduos e coletividade com uma cidadania mutilada, manifesta desvantagens cumulativas que a impede de exercer uma cidadania plena e disputar a cidade (Rezende & Andrade, 2022), como se percebe na busca da Abafro pelo direito de ocupar a cidade com o Kandandu, tal movimento, ao mesmo tempo em que evidencia a resistência do povo negro, também desvela uma realidade opressora.

O Kandandu celebra a cultura negra e afro-brasileira e utiliza a Praça da Estação como seu local de realização, o que é altamente relevante devido ao histórico de disputa entre a população e os agentes públicos. A população saiu vitoriosa nessa disputa, transformando a Praça e outros espaços de Belo Horizonte em áreas públicas acessíveis a todos.

Ao ocupar a Praça da Estação, o Kandandu fortalece a presença e a visibilidade da cultura negra na cidade, contribuindo para o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural. Em resumo, a escolha da Praça da Estação como local de realização do Kandandu possui um significado profundo. Além de seu valor simbólico e histórico, ela permite que o evento contribua para fortalecer o direito do povo negro à cidade e promover a valorização da cultura negra e afro-brasileira na sociedade como um todo.

Considerações

A presente pesquisa nos permite compreender o papel dos blocos afro no Carnaval de Belo Horizonte, destacando sua importância como expressões do direito dos negros à cidade. Ao analisar o contexto urbano, foi possível identificar o impacto dessas manifestações culturais como formas de resistência à segregação e ao apagamento da cultura negra na cidade.

A utopia que impulsiona os blocos afro representa um ideal de cidade que valoriza a cultura e corpos negros e promove a participação ativa dos negros na construção coletiva do espaço urbano. O direito à cidade, conforme discutido por Harvey (2013, 2014), exige ação coletiva para remodelar a cidade e, ao fazê-lo, remodelar a nós mesmos. Nesse sentido, a atuação dos blocos afro no Carnaval de Belo Horizonte reivindica o direito dos negros à cidade, promovendo a igualdade racial, valorizando a cultura e estética negra e ocupando os espaços públicos com corpos dissidentes.

É crucial reconhecer que a estruturação urbana de Belo Horizonte foi marcada por uma clara separação de espaços destinados a diferentes grupos sociais, resultando em exclusões e silenciamentos da população negra. A construção da cidade carrega consigo a história da estruturação do racismo. A retomada do Carnaval da cidade, com o protagonismo dos blocos de rua, incluindo os blocos afro Angola Janga e Magia Negra, representa uma resistência ao cerceamento dos espaços públicos e uma oportunidade de combater o racismo e a segregação dos corpos negros durante as festividades e para além delas.

Por meio de uma abordagem etnográfica baseada na antropologia das cidades, entrevistas e pesquisa documental, investigamos dois blocos afro em Belo Horizonte, permitindo uma compreensão mais profunda de suas práticas e significados no contexto urbano. Os resultados reforçam a importância dos blocos afro como agentes de transformação social, valorização da negritude e luta pelo direito à cidade. Eles representam um campo de possibilidades que desafia as estruturas de segregação e apagamento cultural, oferecendo um horizonte de diversidade e inclusão para a capital mineira, a abertura do carnaval de rua de Belo Horizonte, o *Kandandu*, é um caso exemplar desse fazer-cidade.

Como contribuição central da pesquisa, identificamos o movimento de fazer-cidade dos blocos afro do Carnaval de rua de Belo Horizonte, na promoção da cultura negra e na ocupação dos espaços públicos, pode ser lido como resistência à cidade planejada e concebida como um espaço urbano elitista e segregacionista. Ainda que os agentes de segurança e a própria pasta da cultura tenham atuado, direta ou indiretamente, de forma a coibir ou deslegitimar a pauta da cultura afro no Carnaval Belo Horizontino, as pessoas negras que tomam parte da Folia conseguiram avanços consideráveis na ocupação do espaço público, tanto no desfile no hipercentro realizado pelo Angola Janga, quanto pela abertura da festa ser feita desde 2017 pela reunião dos blocos afro na Praça da Estação, no *Kandandu*. Essa contribuição é interessante do ponto de vista de estudos que versam sobre Estudos Organizacionais, formação socioespacial e cidades, por evidenciar como a atuação do povo negro organizado pode propiciar mudanças significativas nas dinâmicas de uma das principais festas da capital mineira, refazendo a cidade e seus lugares e, conseqüentemente, a nós mesmos.

Pensamos que essa pesquisa pode suscitar uma agenda de pesquisa pautada nas diferentes formas em que os negros e negras se apropriam da cidade de Belo Horizonte (e de outras cidades), em suas manifestações culturais, litúrgico-existenciais e religiosas, num movimento de fazer-cidade que busca tanto a valorização da cultura e existência negras, quanto a tomar parte dos espaços públicos e promover igualdade racial. Em específico sobre o carnaval de rua, outros aspectos de contestação política dos blocos podem ser pesquisados e aprofundados.

Referências

- Agier, M. (2011). *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Agier, M. (2015). Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, 21(3), 483-498. <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>
- Arrais, C. A. (2009). Belo Horizonte, a La Plata brasileira: entre a política e o urbanismo moderno. *Revista UFG*, 11(6), 63-76. Recuperado em 15 de março de 2023, de: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/06_belohorizonte.pdf
- Braga, S. S. & Vieira, L. M. (2013). Análise da viabilidade turística e cultural do carnaval de Belo Horizonte (MG). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 6(5), 910-925. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2013.v6.6204>
- Boterman, W. R, Musterd, S., & Manting, D. (2021). Multiple dimensions of residential segregation. The case of the metropolitan area of Amsterdam, *Urban Geography*, 42(4), 481-506. <https://doi.org/10.1080/02723638.2020.1724439>
- Calvo, J. (2013). Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX: entre a cidade da imaginação à cidade das múltiplas realidades. *Cadernos de História*, 14(21), 71-93. <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2013v14n21p71>
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições.
- Dias, P. L. C. (2015). *Sob a “Lente do espaço vivido”: a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea* (Dissertação de Mestrado). Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Fanon, F. (2018). Racismo e Cultura. *Revista Convergência Crítica*, 13, 78-90. <https://doi.org/10.22409/rcc.v1i13.38512>
- França, D. (2022). Segregação residencial por raça e classe em Fortaleza, Salvador e São Paulo. *Caderno CRH*, 35(e022045), 1-15. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.42018>
- Frúgoli, H. (2018). Ativismos urbanos em São Paulo. *Caderno CRH*, 31(82), 75-86. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000100005>
- Godet, A. (2020). Behind the masks, the politics of carnival. *Journal of Festive Studies*, 2(1), 1-31. <https://doi.org/10.33823/jfs.2020.2.1.89>
- Gomes, N. L. (2019). *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes.
- Grunvald, V. (2019). Lâmpadas, corpos e cidades: reflexões acadêmico-ativistas sobre arte, dissidência e a ocupação do espaço público. *Horizontes Antropológicos*, 25(55), 263-290. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832019000300010>

Harvey, D. (2013). *A Liberdade da Cidade*. Recuperado em 15 de março de 2023, de <https://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/A-LIBERDADE-DA-CIDADE-David-Harvey.pdf>

Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Instituto Nossa BH. (2021). *Mapa das desigualdades: Belo Horizonte e região metropolitana*. Belo Horizonte: Instituto Nossa BH. Recuperado em 15 de março de 2023, de <https://nossabh.org.br/uploads/2021/06/Mapa-das-desigualdades-da-RMBH-2021.pdf>

Lefebvre, H. (1991). *The production of space*. Oxford: Blackwell Publishing.

Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

Mac-Allister, M. (2004). A cidade no campo dos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 11(edição especial), 171-181. <https://doi.org/10.1590/1984-9110012>

Magnani, J. G. C. (2009). Etnografia como prática e experiência. *Horizontes antropológicos*, 15(32), 129-156. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006>

Mendes, S. (2018, 8 de janeiro). *Praia da Estação comemora oito anos com mais uma edição da festa; neste sábado*. Recuperado em 15 de março de 2023, de: <https://bhaz.com.br/2018/01/08/praias-estacao-oito-anos/>

Migliano, M. (2013). Praia da Estação Como Ação Política. *Redobra*, 43-54. Recuperado em 15 de março de 2023, de http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_05.pdf

Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (3a ed.). São Paulo: Perspectivas.

Nascimento, M. C. R., Oliveira, J. S., Teixeira, J. C., & Carrieri, A. P. (2015). Com que cor eu vou pro shopping que você me convidou? *Revista de Administração Contemporânea*, 19(3), 245-268. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151510>

Nascimento, M. C. R., Teixeira, J. C., Oliveira, J. S., & Saraiva, L. A. S. (2016). Práticas de segregação e resistência nas organizações: uma análise discursiva sobre os “rolezinhos” na cidade de Belo Horizonte (MG). *Revista de Administração Mackenzie*, 17(1), 55-81. <https://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n1p55-81>

Oliveira, J. S. (2018). As influências raciais na construção do campo etnográfico: um estudo multissituado no contexto Brasil-Canadá. *Organizações & Sociedade*, 25(86), 511-531. <https://doi.org/10.1590/1984-9250868>

Oliveira, R. J. O., & Oliveira, R. M. S. (2015). Origens da segregação racial no Brasil. *Amérique Latine Histoire & Mémoire*, 29, 1-11. <https://doi.org/10.4000/alhim.5191>

Pereira, J. A. (2020). A eloquência dos silêncios: racismo e produção de esquecimento sobre a população negra em narrativas das cidades. *Revista da ABNP*, 12(34), p. 439-462. Recuperado em 15 de março de 2023, de <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1145>

Portal Belo Horizonte. (2019). *Tem muita história no Carnaval de Belo Horizonte*. Recuperado em 15 de março de 2023, de: <http://portalbelohorizonte.com.br/carnaval/bh122-historia-do-carnaval-e-da-capital>

Portal Belo Horizonte. (2023). *Programação Kandandu*. Recuperado em 15 de março de 2023, de <http://portalbelohorizonte.com.br/carnaval/2023/kandandu>

Rezende, A. F., & Andrade, L. F. S. (2022). Direito do Negro à Cidade: de uma Formação Socioespacial Racista à Utopia Lefebvriana. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 14(e20210438), 1-14. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20210438>

Saraiva, L. A. S. (2019). Os estudos organizacionais e as cidades. In L. A. S. Saraiva & A. G. Enoque (Orgs.). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário* (pp. 21-73). Ituiutaba: Barlavento.

Saraiva, L. A. S. & Carrieri, A. P. (2012). Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 547-576. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000200010>

Risério, A. (1995). Carnaval: as cores da mudança. *Afro-Ásia*, 16, 90-106. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i16.20848>

Siqueira, M. L. (1997). Ancestralidade e contemporaneidade de organizações de resistência afro-brasileira. In T. Fischer (Org.). *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais* (2a ed.) (p. 133-150). Rio de Janeiro: FGV.

Sodré, M. (2019). *O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira* (3a ed.). Rio de Janeiro: Mauad X.

Telles, E. E. (1995). Race, Class and Space in Brazilian Cities. *International Journal of Urban and Regional Research*, 19, 395-406. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.1995.tb0056.x>

Uriarte, U. M. (2012). O que é fazer etnografia para os antropólogos. *Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, 11, 1-13. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.300>